

Exército se prepara para deixar de fiscalizar armas importadas

Indústria armamentista

Exército prepara saída definitiva da fiscalização de armas e munições importadas

Medida coincide com lobby armamentista, que age para facilitar a compra internacional; investida gera reação da indústria nacional

VINÍCIUS VALFRÉ
JULIA AFFONSO
BRASILIA

O Exército elaborou uma proposta para abrir mão em definitivo da fiscalização de armas de fogo, munições e coletes importados. A medida coincide com o lobby armamentista, interessado em facilitar a importação e provocou forte reação da indústria nacional. A Taurus, principal fabricante brasileira, ameaça tirar parte de sua produção do Brasil se a portaria entrar em vigor.

A fiscalização seria substituída por um documento internacional que atestaria a qualidade e a segurança dos equipamentos. Dessa forma, as importadoras de produtos controlados não precisariam mais se submeter ao rígido processo de certificação nacional, que segue obrigatório para as fabricantes brasileiras.

Em 2020, o Exército admitiu excepcionalmente suspender a fiscalização por dois anos alegando falta de estrutura. O prazo termina agora em setembro, quando todos os importadores estariam obrigados a se submeter novamente à certificação nacional. Documentos internos revelam, contudo, que os militares querem tornar permanente a decisão que até agora é provisória.

O Exército realizou uma consulta pública para discutir o assunto. Grupos e entidades armamentistas fizeram campanhas para que seus membros endossassem o fim da fiscalização. Um texto padrão que deveria ser usado no preenchimento da consulta pública do Exército circulou nos grupos de clubes de tiro e de lojas de armas com o objetivo de manipular o resultado da consulta.

"O texto está adequado para permitir a entrada de produtos importados que já se submetem a procedimentos externos de avaliação", dizia a

mensagem dos armamentistas. "O mercado de armas e munições conta com poucas empresas nacionais, sendo necessário arrear com equipamentos importados quer para a manutenção da soberania nacional, quer para o atendimento da demanda interna que tem crescido acima da capacidade de atendimento da indústria nacional."

A flexibilização foi endossada pelo Movimento Proarmas, o grupo mais representativo dos colecionadores de armas, atiradores e caçadores (CACs). Nas redes sociais, candidatos nas eleições de outubro apoiados pelo grupo convocaram seguidores para opinar na consulta pública promovida pelo Exército. "Eu vou ensinar os senhores a responder", afirmou Cesar Mello (PP), que disputa vaga de deputado estadual no Paraná.

CRISE. A indústria nacional está em alerta. A Taurus, sediada no Rio Grande do Sul, não descarta reduzir investimentos no País se a mudança na regra de importação for consolidada. A companhia tem 82 anos e emprega cerca de 3,7 mil colaboradores.

Ao **Estadão**, a empresa informou que a proposta do Exército beneficia a indústria estrangeira, quebra a isonomia do mercado e fere a Constituição, a Estratégia Nacional de Defesa, a Política Nacional de Defesa e a Política Nacional da Base Industrial de Defesa.

"Não traz nenhum benefício ao Brasil, pois, além desses produtos não passarem por nenhum processo de homologação que possa comprovar sua eficiência, ainda incentiva a importação", disse a empresa, em nota enviada ao jornal.

"Desincentiva as empresas estrangeiras de virem produzir no Brasil, de gerarem empregos e riquezas aqui no País, e, o que é pior, incentiva empresas como a Taurus, que possuem fábricas no exterior, a reduzirem os investimentos no Brasil, passando a produzir nas unidades no exterior e exportarem para o Brasil, já que essa falta de isonomia cria custos que tiram a competitividade da indústria nacional", com-

LEVANTAMENTO

Pesquisa ouviu 2.000 pessoas entre 25 e 28 de agosto em 120 municípios

Concorda ou discorda das frases / Armas de fogo / Voto presidente

EM PORCENTAGEM	LULA			BOLSONARO			OUTROS		
	CONCORDA	DISCORDA	NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	CONCORDA	DISCORDA	NÃO SABE/NÃO RESPONDEU	CONCORDA	DISCORDA	NÃO SABE/NÃO RESPONDEU
Pessoas armadas podem se envolver em tiroteios mais facilmente	82	17	2	61	38	1	89	10	
A liberação das armas criou mais riscos para os jovens	82	16	2	48	51	1	82	18	
Eu tenho medo de ter pessoas armadas por perto	75	23	2	43	53	3	78	21	1
Se eu pudesse, compraria uma arma para me defender	19	79	2	52	47	1	18	82	
As leis facilitando compra, porte e uso de armas aumentaram a segurança da gente	16	81	3	57	40	3	14	85	1
Eu me sinto mais seguro sabendo que meu vizinho tem uma arma	7	91	2	36	61	3	5	94	1

MARGEM DE ERRO: 2 PONTOS PORCENTUAIS; NÍVEL DE CONFIANÇA: 95%; REGISTRO: BR-00585/2022

FONTES: GENIAL/QUAEST / INFOGRAFIC: ESTADÃO

Maioria rejeita uso de armas, afirma pesquisa Genial/Quaest

Pesquisa Genial/Quaest divulgada ontem mostra que o eleitorado demonstra preocupação em relação ao uso de armas no Brasil. Para 75% dos entrevistados, pessoas armadas podem se envolver mais facilmente em tiroteios; 69% acreditam que os jovens correm mais riscos com a liberação; 64% sentem medo perto de uma pessoa armada e 81% sentem-se inseguros sabendo que seu vizinho possui uma arma.

Só 30% dos eleitores ouvidos pela pesquisa disseram

acreditar que as leis que facilitam compra, porte e uso de armas aumentaram a segurança das pessoas, mesmo percentual das pessoas ouvidas que gostariam de ter uma arma para se defender.

Os números refletem a preocupação do eleitorado com o uso de armas, considerando todos os recortes da pesquisa - preferência eleitoral, sexo e religião. Entre os eleitores do presidente Jair Bolsonaro, 61% acreditam que as pessoas que andam armadas se envolvem mais facilmente em tiroteios, mesmo percentual dos que sentem medo sabendo que o vizinho tem uma arma.

Entre os homens, onde pre-

domina o voto em Bolsonaro, 74% têm medo do vizinho armado e 58% não acreditam que a disseminação das armas aumentou a segurança das pessoas. Já entre os entrevistados evangélicos, a rejeição ao uso de armas é próxima à registrada no público em geral.

A pesquisa Genial/Quaest ouviu 2.000 pessoas com mais de 16 anos entre os dias 25 e 28 de agosto, em entrevistas nas casas dos eleitores em 27 estados. O nível de confiança da pesquisa é de 95%, com margem de erro máxima de 2%, para cima ou para baixo, em relação ao total da amostra. ●

PEDRO RAMOS

"Se isso acontecer, para ter isonomia, todos os desenvolvimentos de novos produtos e novas tecnologias serão feitos em uma unidade da empresa fora do Brasil. Os importantes investimentos em novas tecnologias, como nanotecnologias em grafeno e nióbio, que hoje fazemos no Brasil serão feitos em um outro país."

Empresa Taurus, em nota

ESVAZIAMENTO. Apesar do discurso pró-armas do governo, a empresa estatal dedicada ao setor vem sendo enfraquecida na gestão do presidente Jair Bolsonaro (PL). A Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), subordinada ao Exército, tem sofrido com redução de repasses. O orçamento deste ano é de R\$ 209,2 milhões, o menor em valores absolutos desde 2008.

A indústria nacional não recebeu nem um real do orçamento secreto - mecanismo revelado pelo **Estadão** que consiste na liberação de verbas federais para deputados e senadores sem transparência.

Questionada sobre eventuais prejuízos com a medida que beneficia a indústria estrangeira, a Imbel disse não poder opinar sobre decisões do Exército, ao qual é subordinada.

INFLUENCER. As queixas contra a indústria nacional são recorrentes entre apoiadores de Bolsonaro. O filho do presidente, o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), costuma apresentar nas redes sociais marcas e modelos que conhece em viagens pelo exterior. Nos vídeos, ele aparece usando os ar-

mamentos e comentando sobre a qualidade dos produtos.

Em 2019, reclamou da dificuldade para importar equipamentos. "Demora em média quase um ano e uma arma desta custa algo em torno de R\$ 10.000. Nos EUA (sai por) R\$ 2.500", postou. Em outubro passado, Eduardo publicou um vídeo enaltecendo a Caracal, estatal dos Emirados Árabes Unidos.

Procurado, o Exército admitiu a existência da minuta, mas sustentou que ela não afrouxa o controle sobre armas importadas. "Também terão que comprovar a sua avaliação, segundo critérios previstos em normas de ampla aceitação internacional", informou em nota. Os militares não comentaram sobre o impacto da medida na indústria nacional.

O gerente do Instituto Sou da Paz, Bruno Langeani, disse que o Exército está se eximindo de sua atribuição de fiscalizar. "O principal problema é o Exército não garantir a qualidade dos produtos que estão entrando", afirmou. ●

plementou a empresa.

Avistoria nacional, que atesta qualidade e segurança dos produtos, é considerada rigorosa por tratar qualquer produto como se fosse um protótipo. O processo também é considerado mais lento do que o realizado no exterior.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 9